

DEMOCRACIA DO MERCADO: A PRIVATIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Abel Gabriel Goncalves Junior

Bruna Stfany Nascimento de Sousa

Resumo: O objetivo do presente trabalho é discutir o papel da democracia em um país capitalista que impõe valores voltados para a mercantilização humana que se sobrepõe aos valores sociais, fazendo com que a utilização da democracia e do capitalismo em conjunto não exista, devido ao contraste de ideais. Assim, a geração de políticas públicas como um conjunto de ações que o governo estabelece, através de metas e planos com o objetivo de alcançar o bem estar da sociedade e o interesse público, dentro de um modelo democrático traz a margem sobre a importância de solucionar os problemas da população que é o principal foco das políticas, mas que ao mesmo tempo desenvolve o fator da privatização, de modo que o setor privado acaba influenciando as instituições públicas. Por fim, a metodologia adotada consiste na análise da literatura especializada pertinente ao tema, englobando teorias, artigos científicos e normas jurídicas.

Palavras-chaves: capitalismo; democracia de mercado; políticas públicas; privatização.

Abstract: The aim of this paper is to discuss the role of democracy in a capitalist country that imposes values towards human commodification that overlaps the social values, making use of democracy and capitalism together does not exist, because of the contrast of ideals. The creation of public policy as a set of actions that the government shall, through goals and plans in order to achieve the welfare of society and the public interest, within a democratic model brings the margin on the importance of solving the problems of the population that is the main focus of policy, but at the same time develops the privatization factor, so that the private sector ends up influencing public institutions. Finally, the methodology adopted is the analysis of

the relevant literature to the subject, encompassing theories, research papers and legal standards.

Keywords: capitalism; market democracy; public policy; privatization.

INTRODUÇÃO

A democracia dentro de um país capitalista desenvolve a perspectiva de uma democracia de mercado, assim, ocasionado um conflito de valores. Um governo considerado “governo do povo”, onde a principal característica é a efetivação dos direitos humanos, acaba sendo esmagado por um grupo de valores que requerem a mercantilização humana.

O capitalismo envolve o desenvolvimento do país e para isso há a necessidade de mais eficiência no mercado, exploração de fatores que estimulem o crescimento do mercado e mão-de-obra qualificada. Entretanto, com a desigualdade social, há um desvio de foco, onde a busca pelo poder sobrepõe-se sobre a necessidade das pessoas.

Diante disso, o Governo criou medidas para promover o bem estar e sanar os problemas da sociedade. Essas medidas são chamadas Políticas Públicas, que são ações, isto é, meios que o governo desenvolve para melhorar e suprir o modo de vida dos cidadãos.

A geração de políticas públicas como um conjunto de ações que o governo estabelece, através de metas e planos com o objetivo de alcançar o bem estar da sociedade e o interesse público, dentro de um modelo democrático traz a margem sobre a importância de solucionar os problemas da população que é o principal foco das políticas, mas que ao mesmo tempo desenvolve o fator da privatização, de modo que o setor privado acaba influenciando as instituições públicas.

A Privatização das políticas públicas desfavorece a população, pois aumenta a desigualdade e impossibilita o acesso a resolução das necessidades básicas sociais, ou seja, a contratação de novas empresas terceirizadas, conseqüentemente, implica em favorecer a quem tem condição financeira para pagar por este serviço.

Para melhor compreensão, esse estudo será desenvolvido em capítulos. Inicialmente será analisado a visão da democracia e capitalismo no estado neoliberal, no segundo momento será exposto o modo de implantação e conceito de políticas públicas, mais adiante o foco será os movimentos que marcaram as políticas públicas, assim, após será realizada uma análise mais específica da política pública nacional do bolsa família e, por conseguinte, a privatização das políticas públicas, bem como as considerações finais.

Por fim, a metodologia adotada consiste na análise da literatura especializada pertinente ao tema, englobando teorias, artigos científicos e normas jurídicas.

1. VISÃO DA DEMOCRACIA E CAPITALISMO NO ESTADO NEOLIBERAL

Na medida em que a sociedade vai se desenvolvendo, sendo impulsionada cada vez mais pelo capitalismo, baseando-se ainda na ideologia neoliberal, ocasiona-se o resultado de conflitos de interesses, tanto econômicos como sociais.

O que era visto como um estado democrático, onde o principal objetivo era garantir no aspecto geral e respeitar os direitos humanos, decai para um pensamento de que a sociedade está presa em um conceito delimitado de democracia, esquecendo o verdadeiro sentido deste termo que diz muito sobre a civilização.

A autora Sandra Oliveira Teixeira (2010, p.133) ressalta que “a resposta para o sentido real do termo democracia está situada no significado original da palavra: o governo pelo povo”. Assim, requer dizer que o povo escolhe seu governante; aquele que terá a função de ser a voz da população, dando prioridade as carências que a sociedade possui, com o objetivo de saná-las.

Convém ressaltar o pensamento de Wood (2003, p. 7-8):

Num extremo, ficariam aqueles para quem a democracia é compatível com um capitalismo reformado, em que as empresas gigantescas são mais socialmente conscientes e responsáveis perante a vontade popular, e certos serviços sociais são ditados por instituições públicas e não pelo mercado ou no mínimo regulado por alguma agência [...]. no outro extremo, estariam aqueles que acreditam que, apesar da importância crítica da luta em favor de qualquer reforma democrática no âmbito da sociedade capitalista, o capitalismo e, na essência, incompatível com a democracia. E é incompatível não apenas no caráter óbvio de que o capitalismo representa o

governo de classe pelo capital, mas também no sentido de que o capitalismo limita o poder do povo. Não existe um capitalismo governado pelo poder popular, não há capitalismo em que a vontade do povo tenha precedência sobre os imperativos do lucro.

Nesse sentido, percebe-se que há uma divergência existente entre a democracia e o capitalismo. Não existem possibilidades de ambos funcionarem dentro de uma sociedade, sem que haja conflitos por diferenças de valores. A limitação do poder popular é explícita quando se trata do capitalismo.

Sendo assim, o crescimento econômico é movido pelo sistema capitalista e este, impõe valores voltados para a mercantilização humana que se sobrepõe aos valores sociais, fazendo com que a utilização dos dois em conjunto não exista, devido ao contraste de ideais.

O autor Alexandre Botelho (2005, p. 352) afirma que:

A concretização dos direitos fundamentais pode ser entendida como um pressuposto para a efetivação da cidadania, mas em realidade estes conceitos se pressupõem, além de haver uma interdependência destes com a ideia de democratização.

A implicação deste entendimento leva a entender que sem a efetivação de tais direitos, não existe democracia, criando um pensamento de que sem aplicação destes, o capitalismo se torna ativo e faz com que o poder caracterize o poder em seu espaço, ou seja, o Estado cede ao modelo econômico, dando preferência à base econômica e política, se abstendo da real necessidade de uma população que é a garantia dos direitos humanos.

Nesse sentido, o autor Bobbio (2000, p.100) leciona da seguinte forma:

Em um regime democrático é imprescindível que haja mecanismos de ampla divulgação das normas que regem o processo governamental de modo que o poder possa, em decorrência da proximidade espacial entre governante e governado, ser controlado e fiscalizado pelo povo.

O povo que através do voto dá o poder ao governante, também deve agir como o fiscalizador das ações de seu representante, o que inúmeras vezes geram um confronto com as autoridades públicas, já que estes nem sempre possuem um governo transparente. Esse processo de divulgação é ocultado e o que devia ser um

regime democrático, se transforma em um regime de poder abusivo que contribui para o aumento de irregularidades e escassez de um governo que deveria ser límpido e agir de acordo com as carências da população.

O Estado dita o que a sociedade precisa, tornando um poder gerado por apenas uma voz e contraria as vontades da população, que se torna uma voz inativa que não consegue ter liberdade para designar as garantias necessárias.

Mais adiante Bobbio (2000, p.98) ainda ressalta que:

Uma das causas relacionadas ao insucesso da democracia está ligada ao “poder invisível”. Assim é denominado o poder que se escamoteia em deliberações “secretas”, longe dos olhos dos governados, de modo que se torna impossível a fiscalização desse poder.

O poder invisível é o ponto de insucesso da democracia. Sem um governo claro, que esclarece seus atos, suas participações, e só oculta suas atitudes, transformando seus governados em participações passivas, é impossível um regime democrático funcionar, pois se a democracia, termo pelo qual se baseia no governo do povo, onde se estabelece uma vontade que o cidadão tem em eleger um representante que fará com que seus direitos e deveres sejam exercidos, as ações que não condizem com esse critério, torna um critério de insatisfação pra quem vive em um regime democrático.

Criando um campo de insatisfação dentro de uma sociedade oprimida pelo governo, pergunta-se: o que faz com que uma população se revolte e busque outras medidas para sanar os problemas causados por um governo inadequado?

A falta de “liberdade” gera a busca por melhorias para a coletividade, ou seja, quando um governo fere os direitos, atingindo a dignidade humana, transformando o povo em objeto de comando, o cidadão procura meios de reduzir os efeitos desse controle, em prol do seu bem estar.

Partindo para essa perspectiva, Camila (2010, p.214) diz que:

Garantida a maior liberdade possível, os indivíduos regidos por esse princípio teriam incentivos para conquistar seu bem estar na medida de seus esforços e capacidades pessoais, graças à concorrência saudável que se estabelecerá entre eles. Disso decorre que, para os teóricos neoliberais, na desigualdade social é inevitável já que suas causas residem nas habituais diferenças entre as pessoas. E mais: que a culpa pela situação de pobreza vivenciada por significativas parcelas da população mundial e do Brasil é

dos próprios sujeitos, que não possuem habilidades necessárias para competir.

Percebe-se que a falta de capacitação e investimento nos indivíduos os tornam responsáveis por seus fracassos na carreira empresarial e familiar também. A desigualdade social, em maior parte causada pela má distribuição de renda, gera diversos fatores negativos que influenciam diretamente nas diferenças entre as pessoas. As principais são a pobreza, o desemprego e acesso precário a educação e saúde.

A força do capitalismo gera o consumismo e cada vez mais mão-de-obra, buscando sempre o lucro e o progresso, mas sem a devida qualificação em diversos ramos, a competição entre os indivíduos não se estabelece. Assim, a autora Camila (2010, p.214) ressalta que:

O Estado, por sua vez, cede, cada vez mais, o seu protagonismo político ao mercado que passa a distribuir e prover de bens e serviços à margem dos direitos de cidadania e em detrimento da satisfação das necessidades básicas da população.

A imposição de projetos que tentam suprir ausência de recursos para melhorar à vida em sociedade causam uma dependência do cidadão ao dispor de serviços destinados a classe menos favorecida.

O Estado amplia medidas de compensação da população, mas ao mesmo tempo cria uma barreira, dificultando o acesso aos recursos, isso porque o governo através das políticas públicas tem a escolha de efetuar um projeto ou não.

2. IMPLANTAÇÃO E CONCEITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Para superar essa lacuna criada pela desigualdade econômica, o Brasil decidiu criar as políticas públicas com o intuito de preencher as necessidades que os indivíduos possuem.

O descaso com certas áreas de extrema importância para as pessoas se tornou um ponto negativo no desenvolvimento do país, causando a pobreza,

regressão e um pensamento de apoiar a mercantilização humana ao invés de solucionar o problema.

A Constituição de 1988 ampliou e diversificou os direitos civis, políticos, sociais, sendo nomeados de direitos difusos. Causou uma grande transformação no que se refere aos direitos sociais, trazendo consigo expectativas e desafios para efetivar esses direitos para a população, principalmente para conter a desigualdade social.

Os direitos foram enquadrados de acordo com as necessidades do cidadão. A sociedade precisava de garantias, mas que fossem planejadas sem interferir na dignidade da pessoa que ainda é o princípio base da Constituição.

Nesse sentido, as políticas públicas são um conjunto de ações que o governo estabelece, através de metas e planos com o objetivo de alcançar o bem estar da sociedade e o interesse público.

Ao analisar a dimensão e significado de políticas públicas, Pereira (1994) esclarece que:

O termo público, associado à política, não é uma referência exclusiva ao Estado, como muitos pensam, mas sim à coisa pública, ou seja, de todos a égide de uma mesma lei e o apoio de uma comunidade de interesses. Portanto, embora as políticas públicas sejam reguladas e frequentemente providas pelo Estado, elas também englobam preferências, escolhas e decisões privadas podendo (e devendo) ser controladas pelos cidadãos. A política pública expressa, assim, a conversão de decisões privadas em decisões e ações públicas que afetam a todos.

Nota-se que o governo não considera as políticas públicas como uma prioridade para a sociedade, restringindo o financiamento destinado a elas, tornando a população dependente e acomodada e aumentando o consumismo da mercantilização.

Apesar de ter finalidade pública, as políticas públicas são voltadas para o interesse político e não social, isso porque as necessidades da sociedade são definidas pelo governo e não pela população.

Há um jogo de interesses econômicos, devido ao fato do investimento para desenvolver essas ações não serem aplicadas de forma correta e com isso os

recursos que deveriam atender a demanda da sociedade se torna limitados ou escassos.

3. MOVIMENTOS QUE MARCARAM AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Duas tendências marcam o desenvolvimento das políticas públicas. A primeira com base nos apontamentos sobre os acontecimentos da década de 70 e 80, define-se pela lógica dos mercados e eficiência, e a segunda, sob a influência do declínio das ditaduras existentes no continente, incapazes de gerenciar a transição. Nesse contexto, a partir de 1980, surgem pressões para ampliar a participação popular, gerando expectativa do controle público, buscando desprivatizar o Estado e a cobrança da “dívida social”- cidadania abafada pela repressão (Moraes, 2001).

O Brasil passava por diversas mudanças incluindo a mudança de governo, saindo da ditadura militar, que ocasionou diversas transformações no país, gerando organizações sociais, manifestações.

A inflação altíssima também marcou esse período, assim como diversos governantes e o medo de que o país virasse socialista. A censura dos meios de comunicação também fez parte de processo de transição, além dos diversos métodos de torturas utilizados a quem fosse manifestante da oposição.

. Após diversas lutas, a promulgação da Constituição Federal de 1988 veio pra implantar os princípios democráticos no país e reforçar as garantias e tentar solucionar o caos que estava estabelecido devido tantas transições de governo.

O foco primordial para o surgimento das políticas públicas foi necessidade de solucionar os problemas da população com ações vantajosas e custo reduzido, atendendo uma parte que possuem restrições e menor possibilidade, de forma satisfatória. O fortalecimento de princípios garantindo os direitos da povo, trouxe uma serie de benefícios, mas também dificuldade em obtê-los.

Adiante, Santos (2002, p. 458) leciona que:

A sociedade e a política brasileira são marcadas pela predominância do Estado sobre a sociedade e por colocar obstáculos na construção de uma cidadania e uma participação efetiva. O Brasil também enfrenta uma enorme

desigualdade social que aumenta devido a uma economia de altos e baixos e um desmonte do Estado.

Diante de inúmeras mudanças, o que ainda prevalece é a imposição do Estado sobre as vontades do povo. As reformas econômicas causadas pela ganância do governo contribuem para o aumento da desigualdade social, causando economia sem estabilidade e que afeta o bem estar da população.

O país desencadeou o processo de modernização, propiciando o aumento da população em áreas urbanas, mas não se preocupou em corrigir as deficiências que resultaram de um mau planejamento das instituições públicas, ou seja, o desenvolvimento trouxe diversos fatores a serem explorados, mas também obrigações que precisam de uma atenção maior do serviço público.

O governo não pode querer produzir mais economia, sem dar a população, “armas” para ampliar essa evolução, ou seja, é essencial que as instituições públicas permitam a fiscalização e acesso aos projetos que são feitos em prol do povo.

4. ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA NACIONAL BOLSA FAMÍLIA

Tendo em vista o avanço das políticas públicas no Brasil e a carência em diversos ângulos da sociedade, o Governo decidiu criar programas para classificar e aperfeiçoar suas projeções, baseando-se no perfil de cada indivíduo, classificando-os nas políticas públicas através das principais necessidades.

Um dos principais programas é o Bolsa Família, que segundo o Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria, que tem como foco de atuação os milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$77,00 (setenta e sete reais) mensais e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos.

O Ministério ainda considera que para melhor desenvolvimento dentro da sociedade, o programa se baseou em dois objetivos: a redução da pobreza e medidas que proporcionassem acesso a outras áreas de extrema importância

(saúde, educação, interação social, desenvolvimento familiar). Para isso, necessitou-se de uma classificação com condições enquadradas no programa, através de informações pessoais coletadas e projetadas no Cadastro Único.

Apesar do Bolsa Família ter melhorado as condições de diversas pessoas que viviam em estado de miséria, percebe que o valor não consegue suprir as principais necessidades da população como moradia, educação e saúde, pois apesar da Constituição estabelecer esses direitos, na prática é bem diferente. Sabe-se que o município deve possuir escolas, hospitais e locais de auxílio a quem não tem moradia fixa. Entretanto, a burocracia, às vezes, acaba sendo desgastante na luta para se obter essas garantias. As principais pessoas atingidas são as que possuem baixa renda e não tem estrutura financeira para garantir o sustento de sua família sozinha.

O artigo 3º da Constituição Federal (1988) constitui os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Fazendo uma análise sobre o inciso III, como erradicar a pobreza e marginalização reduzir as desigualdades sociais e regionais?

Um ponto de vista importante seria estudar melhor a divisão de renda no país. Devem-se ampliar as oportunidades sem distinção de indivíduo e criar medidas de qualificação e capacitação na sociedade. Um cidadão que não possui conhecimento, não se desenvolve. É necessário garantir melhor o acesso às escolas e ampliar a rede de saúde

Segundo Walsh citado em Gidenns (1999, p.115):

Os programas convencionais de socorro à pobreza devem ser substituídos por abordagens centradas na comunidade, que permite uma participação mais democrática, além de mais eficaz. A formação de comunidades enfatiza as redes de apoio, o espírito de iniciativa e o cultivo do capital social como meio de gerar renovação econômica em bairros de baixa renda. O combate à pobreza requer uma injeção de recursos econômicos, mas aplicados para apoiar uma iniciativa local. Deixar as pessoas se atolarem em benefícios tende a excluí-las das sociedades mais amplas.

Os recursos econômicos devem ser ampliados para o combate à pobreza. Os programas que foram criados para resolver problemas da sociedade, em determinados casos acabam tornando o indivíduo acomodado e que não tem vontade de se desenvolver e mudar a visão de um país com o índice demasiado na pobreza.

Mais adiante, Zimmermann (2007, p.19) ressalta:

O programa Bolsa Família, como qualquer outra iniciativa governamental envolvido num caráter político, além da preocupação social, desperta críticas de todas as naturezas, e neste caso não há diferença. Considerado por muitos como “um programa que vicia” e que peca por não exigir contrapartidas das famílias, o Bolsa Família nos faz também refletir acerca da possibilidade de promoção do comodismo e do contentamento com a renda mínima. Pergunta-se: o referido auxílio erradica de fato a pobreza ou a mantém, amparada pela “acomodação” dos seus beneficiários?

As políticas públicas que são iniciativas de caráter político geram vícios por estimular as pessoas a terem apenas aquilo e se contentarem com que é apenas oferecido. Cria-se um vínculo de comodismo no afeta também na taxa de natalidade no país, mostrando que o governo deixa de tratar da erradicação da pobreza e passar a criar novos fatores que afetam o desenvolvimento do país.

O Bolsa família é considerado um programa do governo e não de Estado, ou seja, se houver uma nova eleição e outro representante ganhar, pode ser criado novas políticas públicas e extinguirem as que faziam parte do antigo governo e as pessoas voltarem a miséria. Por fim, para plena eficácia desse programa torna-se imprescindível a democratização baseada na realidade social e não na ditadura das normas de mercado.

5. PRIVATIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

O período militar estimulou as políticas públicas como estratégias de legitimar e dar espaço ao setor privado diante da educação, saúde e previdência social, fatores estes mais prejudicados na transição da mudança de governo.

O governo passou a investir na privatização, apostando altos valores em empresas particulares, abalando visivelmente o serviço público, assumindo as características capitalistas. As privatizações passaram a ter importância a partir da década de 90, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso que privatizou diversas empresas em seu mandato.

A privatização das políticas públicas desencadeiam uma série de reflexões e restrições para a sociedade. O governo, cujo foco, deveria estar voltado para as ações de políticas que contribuem parte do combate à pobreza e do cumprimento dos direitos do cidadão, ampliou os recursos para a privatização e mercantilização de serviços públicos, afetando diretamente nos direitos da classe trabalhista.

A consequência desse processo se espelha no Estado preocupado e atingir os interesses políticos e econômicos de classes dominantes e restringindo as garantias do trabalhador.

Os interesses privados afetam os interesses públicos, já que estes não tem a obrigação de satisfazer a vontade da sociedade, ou seja, não contribuem para a solução dos problemas e só fazem o que for lucrativos pra eles.

Assim Junqueira (1997, p. 181) diz que:

No Brasil, onde os interesses privados prevalecem sobre os coletivos, a participação não se concretiza necessariamente em governos descentralizados, próximos à população, mas mesmo assim, a descentralização parece constituir um importante meio de participação mediante a abertura de canais entre a sociedade e as instituições, permitindo pelo menos que as reivindicações cheguem até o Poder Público, a quem cabe decidir as políticas públicas a serem empregadas.

A Privatização das políticas públicas desfavorece a população, pois aumenta a desigualdade e impossibilita o acesso as resolução das necessidades básicas sociais, ou seja, a contratação de novas empresas terceirizadas, implica em favorecer a quem tem condição financeira para pagar por este serviço. E quem não tem, continua sendo prejudicada pela imposição de um atendimento privilegiado caracterizado pelo poder.

Com a implantação da privatização, percebe-se um aumento na eficiência e na produtividade das empresas, além do investimento adquirido, mas há uma redução nos empregos.

É caso de privatização dos setores da saúde; há um grande investimento em clínicas, consultórios, produtos de última geração, que são proporcionados apenas para uma parte da sociedade.

A falta de valorização também se vê nas escolas públicas que não possuem recursos suficientes para se tornarem qualificadas para os alunos. No entanto, o governo prefere privatizar o ensino, ao invés de angariar fundos para desenvolver melhor a rede de ensino para a população.

Diante disso, ressalta-se que a implantação da privatização acaba ferindo os aspectos jurídicos resguardados pela Constituição Federal, afetando as garantias que a população demorou pra conquistar. O governo precisa investir nos setores públicos e não em setores privados que só dizem respeito à era capitalista, marcada pelo poder político e econômico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que o Brasil passou por diversas mudanças de governo, gerando opressões, confrontos políticos e militares, marcados pelas décadas de 70 e 80, o regime democrático foi escolhido como o novo modelo de governo.

No entanto, com a globalização, o país foi ganhando cada vez mais características capitalistas, a modernização começou a impor os valores políticos e econômicos, confrontando-se com os valores democráticos.

Para suprir as necessidades do sistema democrático, o governo criou as políticas públicas com o intuito de sanar a problemática social da população. De certa forma, acabou acarretando outros fatores negativos, como o comodismo e falta de vontade de participar da produtividade do país.

No tocante ao programa Bolsa Família, este considerado um dos principais programas de distribuição de renda com o fito de erradicar a pobreza. Entretanto, o programa, também, pode conter alguns fatores negativos como a acomodação da

população e contribuir para o aumento da taxa de natalidade, já que a distribuição da renda é de acordo com a quantidade de pessoas na família.

O governo passou a investir na privatização, apostando altos valores em empresas particulares, abalando visivelmente o serviço público, assumindo as características capitalistas.

Porém, a privatização das políticas públicas desfavorece a população, pois aumenta a desigualdade e impossibilita o acesso à resolução das necessidades básicas sociais, ou seja, a contratação de novas empresas terceirizadas, implica em favorecer a quem tem condição financeira para pagar por este serviço. E quem não tem, continua sendo prejudicada pela imposição de um atendimento privilegiado caracterizada pelo poder.

Nesse sentido, com base nas teorias e informações enfrentadas nesse trabalho, conclui-se que em um Estado Democrático de Direito, devem prevalecer os interesses sociais democráticos face aos interesses econômicos da democracia de mercado.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 7. ed. rev. ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 98-100.

BOTELHO, Alexandre. *Curso de Ciência Política*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2005, p. 352.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Vade Mecum. São Paulo: Saraiva, 2015.

_____. *Bolsa Família*, disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>> acesso em: 19 de Abr. 2015.

_____. *Fenômenos Gerados pela Desigualdade*. Disponível em <<http://desigualdade-social.info/fenomenos-gerados-pela-desigualdade.html>> acesso em 19 de Abr. 2015.

CORRÊA, Vanderlei Antônio. *A democracia moderna na concepção de Norberto Bobbio*. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8586#_ednref13> acesso em 19 de Abr. 2015.

DITADURA MILITAR, disponível em: < <http://www.suapesquisa.com/ditadura/>>
Acesso dia 19 de Abr. 2015.

JUNQUEIRA, Luciano Prates. *A Descentralização e a Reforma do Aparato Estatal em Saúde*. In: CANESQUI, Ana Maria (org.). Ciências Sociais e Saúde. São Paulo: HUCITEC/ABRASCO, 1997, p.171.

PEREIRA, P. A. P. *Concepções e propostas de políticas sociais em curso: tendências, perspectiva e consequências*. Brasília: NEPPPOS/CEAM/UnB, 1994.

PEREIRA, Camila Potyara e Siqueira. ALVES, Marcos César. *As contradições da política de assistência social neoliberal*. Capitalismo em crise, política social e direitos - Ivanete Boschetti – (et. Al.) (orgs.) São Paulo; Cortez, 2010, p. 211.

PRIVATIZAÇÃO, disponível em
<<http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/privatizacoes/01.html>> Acesso em 19 de Abr. 2015.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: NOBEL, 2000, p. 458.

TEIXEIRA, Sandra Oliveira. *Que democracia? Soberania popular ou soberania do mercado?* Capitalismo em crise, política sociais e direitos - Ivanete Boschetti – (et. Al.) (orgs.) São Paulo; Cortez, 2010, p. 133.

VALLE, Marcos José apoud MORAES, Reginaldo. *Neoliberalismo: de onde vem? Para onde vai?* São Paulo: Editora SENAC, 2001.

WALSH apoud Giddens (1999, p.115): GIDDENS, Anthony. *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 115.

WOOD, Ellen Meiksins. *O que é a "agenda pós-moderna"?* In: WOOD, Ellen; OSTER, John B. Em defesa da história. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. *Democracia contra Capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. *Trabalho, classe e Estado no capitalismo global*. In: LEHER, R.; SETÚBAL, VI. (Org.). Pensamento crítico e movimento sociais: diálogo para uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. *Estado, democracia e globalização*. In: BO RON, Atilio; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina (Org.). A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales (Clacso); São Paulo: Expressão Popular, 2007.

XII SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DEMANDAS SOCIAIS E
POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

VIII MOSTRA DE TRABALHOS JURÍDICOS CIENTÍFICOS



2015

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto. SILVA, Marina da Cruz. *Novos desafios ao Programa Bolsa Família: a transição para a Renda Básica de Cidadania*. Revista Eletrônica Espaço Acadêmico – nº 76 – Setembro/2007 – Mensal – Ano VII, p.19.